

80 anos da reinstalação do Tribunal Regional Estadual do Paraná

A nova edição do Projeto Raízes Paranaenses ganha um significado especial neste mês ao homenagear os 80 anos de reinstalação do Tribunal Regional do Paraná. Foi realizada também uma exposição, no espaço do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, que propôs um mergulho na história do TRE-PR.

Durante o encontro, a Justiça Eleitoral do Paraná e a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior assinaram o Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2025, que tem como objetivo a classificação, a descrição, a conversão digital e a difusão dos documentos históricos do TRE-PR doados ao Arquivo Público em 1983.

Surgimento e primeira fase do TRE-PR

O TRE-PR foi criado no contexto da institucionalização da Justiça Eleitoral no Brasil. A Justiça Eleitoral como órgão surgiu com o Decreto-Lei nº 21.076, de 24 / 02 / 1932, que instituiu o sistema eleitoral especial e os tribunais regionais eleitorais nos estados.

No Paraná, o TRE foi instalado pela primeira vez no dia 9 de junho de 1932, em sessão realizada na sala de sessões do então Tribunal de Justiça do Estado, sob presidência do desembargador Carlos Pinheiro Guimarães.

Com a instalação, o tribunal passou a compor-se de membros eleitos ou nomeados segundo a legislação da época, em meio a um processo de modernização do direito eleitoral, com destaque para o voto direto e secreto e para a criação de Justiça especializada na matéria eleitoral.



Palácio Garibaldi, primeira sede do TRE-PR após sua reinstalação em 1945

Extinção temporária e reinstalação

Durante o período do (1937-1945) sob o governo de Getúlio Vargas, a Justiça Eleitoral foi suprimida como órgão permanente do Poder Judiciário — os tribunais regionais eleitorais estavam extintos nesse período.

Com o fim do Estado Novo e a necessidade de redemocratização, foi publicada a Lei Constitucional 9/1945, de 28 / 02 / 1945, que restabeleceu a Justiça Eleitoral no Brasil, instalando efetivamente o Tribunal Superior Eleitoral e os respectivos Tribunais Regionais nos estados da Federação.

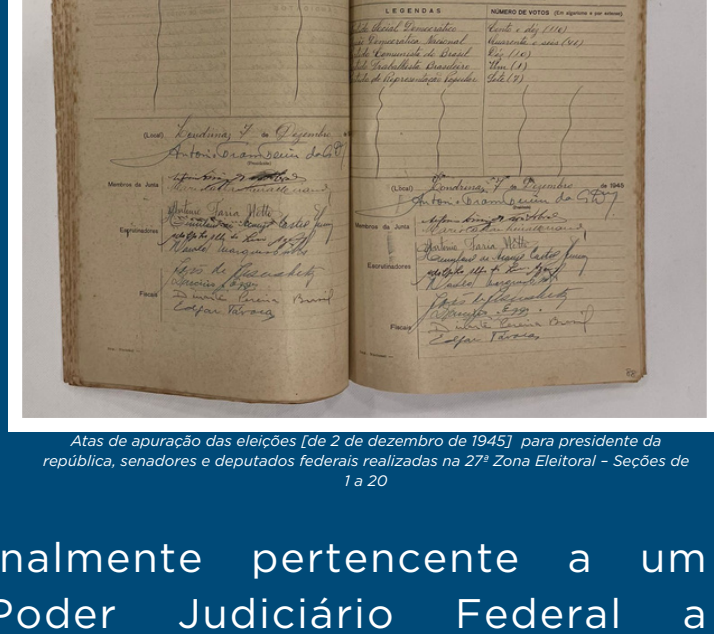
No Paraná, o TRE-PR foi formalmente reinstalado em 7 de junho de 1945, em sessão de posse realizada às 15h no Salão de Sessões do Tribunal de Justiça do Paraná, sob a presidência do Desembargador Clotário Portugal e com a presença de advogados, juízes, promotores e imprensa.

Naquele momento, o tribunal contava com apenas nove funcionários requisitados — sob supervisão de um diretor-geral — e teve que se mobilizar em poucos meses para organizar as eleições federais programadas para dezembro de 1945.

Acervo eleitoral preservação a memória política do Paraná

Transferidos ao Arquivo Público do Paraná em 1983, os documentos referentes às eleições realizadas no Estado compõem o fundo público PB039, um dos mais importantes conjuntos documentais sobre a história política paranaense.

O acervo reúne registros das eleições ocorridas entre a Primeira República e a década de 1970, incluindo mapas eleitorais, relatórios finais de apuração, mapas totalizadores de zonas, registros de partidos políticos, candidaturas, diretórios e processos de recursos contra resultados, oferecendo um panorama detalhado da evolução do processo eleitoral no Paraná ao longo de quase um século.



Atas de apuração das eleições (de 2 de dezembro de 1945) para presidente da república, senadores e deputados federais realizadas na 2ª Zona Eleitoral - Seções de 1 a 20

Embora originalmente pertencente a um órgão do Poder Judiciário Federal a documentação que compõem o fundo PB039 foi incorporado ao Arquivo Público do Paraná devido à ausência de um arquivo histórico próprio da Justiça Eleitoral no Estado.

Esse acervo é especialmente significativa, pois contém documentos que registram eleições anteriores à instalação da Justiça Eleitoral paranaense, em 1945.

Assim, o fundo PB039 se consolida como uma fonte essencial para a memória democrática e institucional do Estado.

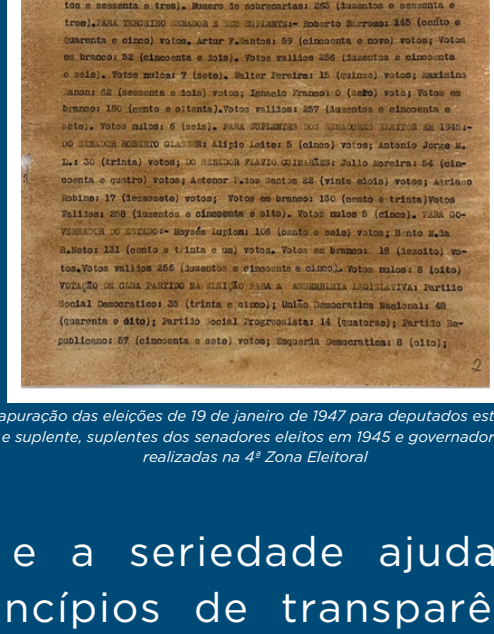
Hoje o acervo do TRE-PR no Arquivo Público conta com documentos datados de 1905 a 1982

Trabalho e apuração dos votos

Antigamente, o trabalho dos funcionários da justiça eleitoral nas eleições brasileiras era totalmente manual e exigia grande dedicação e responsabilidade.

Eles registravam votos em cédulas de papel, realizavam a contagem manual e asseguravam a integridade das urnas, o que tornava o processo demorado e em virtude da mitigação das falhas e erros.

Apesar das limitações, essa atuação foi essencial para consolidar a confiança popular nas eleições.



Ata de apuração das eleições de 19 de janeiro de 1947 para deputados estaduais, 3º senador e suplente, suplentes dos senadores eleitos em 1945 e governador do estado realizadas na 4ª Zona Eleitoral

O compromisso e a seriedade ajudaram a fortalecer os princípios de transparência e imparcialidade.

Com o tempo, esses valores inspiraram práticas mais modernas de fiscalização e controle. Assim, o antigo modelo de serviço dos mesários contribuiu diretamente para a estrutura ética e organizacional do sistema judiciário eleitoral atual.